



CONGRESSO NACIONAL

MPV-540

00044

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 09/08/2011		Proposição: MP 540/2011		
Autor: Senador FRANCISCO DORNELLES - PP / RJ				Nº Prontuário:
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa 4. <input type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutiva Global				
Página:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:

### TEXTO

Modifique-se o artigo 4º da Medida Provisória nº 540, de 2011, para alterar os incisos do *caput* do art. 1º da Lei nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art.4º. O art. 1º da Lei nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 1º.....

I - no prazo de 10 (dez) meses, no caso de aquisições ocorridas em agosto de 2011;

II - no prazo de 8 (oito) meses, no caso de aquisições ocorridas em setembro de 2011;

III - no prazo de 6 (seis) meses, no caso de aquisições ocorridas em outubro de 2011;

IV - no prazo de 4 (quatro) meses, no caso de aquisições ocorridas em novembro de 2011;

V - no prazo de 2 (dois) meses, no caso de aquisições ocorridas em dezembro de 2011; e

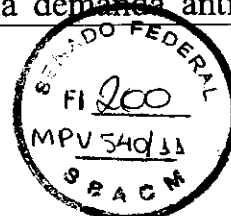
VI - imediatamente, no caso de aquisições ocorridas a partir de janeiro de 2012.’

.....” (NR)

### JUSTIFICAÇÃO

O dispositivo emendado prevê que o prazo para aproveitamento de créditos relativos à aquisição de bens do ativo permanente se torne imediato a partir de julho de 2012, com redução gradual a partir de agosto de 2011. Esta emenda propõe uma mudança singela: encurtar tal prazo de doze para seis meses.

A desoneração dos investimentos fixos produtivos é uma demanda antiga dos



contribuintes brasileiros, que se torna ainda mais premente diante da eminente piora do cenário macroeconômico externo.

Teoria e experiência internacional recomendam que não se tribute bens de capital que devem impulsionar a produção e, por conseguinte, a arrecadação no momento seguinte.

Se antes dessa mudança nos ventos da economia internacional, o Poder Executivo Federal já aceitava desonerar os bens de capital em relação ao PIS/COFINS num prazo de doze meses, mais do que se justifica cortar esse prazo pela metade para que entre em vigor a partir de 2012.

**Assinatura**

